



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0175686-3/01

RECORRENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

RECORRIDO: SANDES RIBEIRO DE AMORIM

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

5715
-R-

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O PROCESSAMENTO DE APELAÇÃO, POR CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ART. 557 DO CPC - DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS DE CADERNETAS DE POUPANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PLANOS ECONÔMICOS - LEGITIMIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DEPOSITÁRIAS PARA RESPONDER PELAS DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA DECORRENTES DOS PLANOS ECONÔMICOS - AUSÊNCIA DE ELEMENTO CAPAZ DE INFIRMAR O ENTENDIMENTO ADOTADO NA DECISÃO IMPUGNADA - RECURSO DESPROVIDO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Julgamento realizado em 06 de maio de 2010.

Recife, 06 de maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Relator e Presidente



POER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0175686-3/01

RECORRENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

RECORRIDO: SANDES RIBEIRO DE AMORIM

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A interpõe recurso de agravo em face da decisão de fls. 187/198, proferida nos autos da apelação, em apenso, pela qual lhe foi negado seguimento, por se encontrar em confronto com jurisprudência dominante do STJ (art. 557 do CPC).

Sustenta o agravante (fls. 02/05), ao par da iteração de argumentos já despendidos, a sua ilegitimidade passiva “*ad causam*”, e por ser uma das condições da ação, pode e deve ser declarada a qualquer momento no curso do processo.

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso em comento.

É o relatório.

À votação.

Recife, 06 de maio de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

043

15

SEXTA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0175686-3/01

RECORRENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

RECORRIDO: SANDES RIBEIRO DE AMORIM

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a)

Entendo que a decisão agravada deve ser mantida.

Não trouxe o recorrente, nesta sede processual, qualquer elemento capaz de infirmar a decisão recorrida.


A alegação de ser parte ilegítima "ad causam" não tem pertinência, pois, o Superior Tribunal de Justiça já tornou pacífico o fato dos bancos nas ações de cobrança relacionadas a planos econômicos serem partes legítimas para responder pelos expurgos inflacionários. A questão está assim assentada no Voto do Ministro Aldir Passarinho Junior, nos autos do REsp nº 241694/SP: "Pertence ao banco depositário, exclusivamente, a legitimidade passiva ad causam para as ações que objetivam a atualização das cadernetas de poupança pelo índice inflacionário expurgado pelo Plano Verão (MP n. 32 e Lei n. 7.730/89)".

Diante disso, não há que se falar em responsabilidade da União Federal e do Banco Central do Brasil, mas sim do próprio banco depositário, que é a parte legítima para integrar a presente demanda.

Ante o exposto, voto para desprover o recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 06 de maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator